



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/08/2014**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 16**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

**Presidente:**

<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereadores:</b>		



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 11/08/2014**

**ATA Nº 16**

----- Aos onze dias do mês de agosto do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor Jorge Custódio, na qualidade de Vice-Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento do Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias, devido a compromisso autárquico inadiável em Lisboa. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 28 de julho de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.2 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo que no dia passado sábado, dia 09, deu-se início ao "Seaside Sunset Sessions' 14" com a animação da praia fluvial de Pampilhosa da Serra, e que tem decorrido muito bem. -----

**II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

## 2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

#### 2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 08 de agosto de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.121.409,25 € (dois milhões, cento e vinte e um mil quatrocentos e nove euros e vinte e cinco cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 248.739,81 € (duzentos e quarenta e oito mil setecentos e trinta e nove euros e oitenta e um cêntimos) num total de 2.381.186,51 € (dois milhões trezentos e oitenta e um mil cento e oitenta e seis euros e cinquenta e um cêntimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 2.1.2 - Eleição para o Parlamento Europeu – 25 de maio de 2014

##### - Transferências de verbas para as autarquias locais

----- Foi presente um ofício da DGAI – Direção Geral de Administração Interna, a comunicar que nos termos do Despacho nº 7282/2014, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 107 de 4 de junho, em anexo remetem o mapa onde constam as verbas transferidas por aquele Organismo para as Câmaras Municipais, respeitantes ao ato eleitoral acima mencionado, pelo que, o valor a transferir para as freguesias do Concelho de Pampilhosa da Serra é de 637,41 €. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade transferir o referido valor para as Freguesias. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### 2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

#### 2.2.1 - Adenda ao contrato de cessão de exploração do Centro Náutico, junto à Albufeira de Santa Luzia

----- Pelo Senhor Vice-Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Considerando a cessão de exploração do Centro Náutico, junto à Albufeira de Santa Luzia, à Sociedade por quotas "TRANS SERRANO - Aventura, Lazer e Turismo,



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Ld<sup>a</sup>”, formalizada através da assinatura do correspondente contrato em 29 de julho de 2014; -----

----- Tendo em conta que da referida cessão de exploração, decorre também a cedência do uso do material Desportivo e acessório existente no Centro Náutico, propriedade do Município, identificados no Anexo I ao contrato em causa; -----

----- Atento o facto de no dia vinte e nove de julho de dois mil e catorze, no ato de entrega, ter sido detetado pelos Serviços de Fiscalização desta autarquia, algumas divergências, aquando da conferência do material desportivo e acessório existente no Centro Náutico, torna-se necessário proceder à retificação do anexo I, do contrato supra referido. -----

----- Assi, sugere que a alteração ora proposta seja formalizada mediante adenda ao contrato de Cessão de Exploração em questão, que ora se submete a apreciação do Órgão Executivo, para aprovação. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Vice-Presidente para assinar a Adenda ao contrato em apreço. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.2 – Protocolo de Colaboração entre o INE e o Município de Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em conta a receção do ofício datado de 05/06/2014, com o reg. Nº 2474, do Instituto Nacional de Estatística, em que o assunto, se reporta a um Protocolo de Colaboração INE/Municípios (Base Geográfica de Referenciação da Informação – BGRI 2011), com vista à construção e atualização de uma infraestrutura geográfica de suporte à realização de operações estatísticas no âmbito do sistema Estatístico Nacional, em que o presente Protocolo já foi celebrado com a maior parte das Câmaras Municipais; -----

----- Foi presente um despacho do Sr. Presidente da Câmara, aos serviços jurídicos para análise do mesmo, pelo que, salvo melhor opinião, vêm os serviços jurídicos informar que o presente Protocolo tem algum interesse para o Município, conforme o disposto na Cláusula 1ª, no que ao objeto diz respeito. -----

----- Mais se informa, que após análise do Protocolo em questão, não terá desvantagens para o Município, mas poderá ter um interesse relevante para a Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, uma vez que, as Clausulas do Protocolo se reportam a esta Divisão. -----

----- Assim sendo, sugere-se que o presente Protocolo seja também submetido à apreciação da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, caso seja esse o entendimento de V. Ex<sup>a</sup>. -----

----- No entanto, informa-se ainda, a importância da Cláusula 5ª do Protocolo, devido ao



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*cumprimento dos prazos estipulados, quer para o Município quer para o INE. -----*

*----- Se houver interesse da parte do Município na celebração do Protocolo em questão, sugerem ainda, estes serviços, da obrigatoriedade da nomeação de um Interlocutor a ser nomeado em sede de deliberação do Órgão Executivo Autárquico, e consequente apreciação do Protocolo em causa. -----*

*----- A obrigação de Interlocutor atento o disposto na Cláusula 5ª, alínea b), do nº 1, tem caráter obrigatório para ambas as partes, devido à área privada do Portal do INE referida na alínea 1 c), da Cláusula 2ª . -----*

*----- À consideração superior". -----*

*----- Face ao exposto na Informação dos Serviços Jurídicos e tendo em conta o parecer favorável emitido pelo Sr. Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, Engº Fernando Pereira Alves, a Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----*

*----- Mais deliberou nomear Interlocutores, os funcionários, Sr. Mário João Ribeiro Gigante e Srª Nélia Maria Antunes Martins dos Santos, Assistentes Técnicos da Autarquia. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

### 2.3 - RECURSOS HUMANOS

#### 2.3.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara

##### - Horário de Trabalho dos Trabalhadores da Autarquia

*----- O Sr. Vice-Presidente informou o restante Executivo que, dada a urgência e a relevância do assunto, havia necessidade de incluir na Ordem de Trabalhos e submeter à apreciação e votação do Executivo Camarário, uma Informação do Sr. Presidente da Câmara, relativamente à aplicação e ao cumprimento da Lei, no que respeita à alteração do período normal de trabalho dos trabalhadores da Autarquia.-----*

*----- A Câmara Municipal, após as explicações dadas pelo Sr. Vice-Presidente sobre o assunto, deliberou por unanimidade incluir na Ordem de Trabalhos a seguinte informação do Sr. Presidente: -----*

*----- "José Alberto Pacheco Brito Dias, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Pampilhosa da Serra: -----*

*----- Considerando o meu despacho datado de vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, no sentido de ser alterado o período normal de trabalho, dos trabalhadores, para as 8 horas diárias e 40 semanais, aplicando assim o disposto na Lei nº 68/2013 de 29 de agosto, determinou a alteração da Lei nº 59/2008, de 11 de setembro. -----*

*----- Considerando a providência cautelar interposta contra o Município, por parte do STAL, -----*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*alegando que o mesmo sofre de diversas ilegalidades, designadamente por não terem sido ouvidos os trabalhadores e os representantes das associações sindicais. -----*

*----- Considerando, então, sem efeito o meu despacho, supracitado, anulando deste modo a aplicação das 40 horas neste Município, até ser proferida decisão por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. -----*

*----- Considerando, que este Município está a negociar, com o STAL, um Acordo Coletivo de Trabalho. -----*

*----- Deste modo, enquanto não houver uma decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, ou enquanto o Acordo Coletivo de Trabalho não estiver aprovado, o Município de Pampilhosa da Serra, vai manter o horário de trabalho nas 35 horas semanais. -----*

*----- Paços do Município de Pampilhosa da Serra, aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze. O Presidente da Câmara (José Alberto Pacheco Brito Dias). -----*

*----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

##### 3.1.1 - Receção definitiva e libertação de caução

**- Empreitada: Conceção / Execução de uma ponte sobre o Rio Ceira entre Camba e Porto da Balsa**

**- Adjudicatário: Lena, Engenharia e Construções, S.A.**

*----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----*

*----- “ Em 09/10/2012 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe para efeitos de receção definitiva. -----*

*----- O citado auto de vistoria foi homologado e aprovado em reunião de Câmara de 30/10/2012.*

*----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos foram rececionados definitivamente. -----*

*----- Para cumprimento do contrato inicial e reforço de garantia foi apresentado o seguro caução com a apólice nº 7440715702616 da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO COMPAÑIA INTERNACIONAL DE SEGUROS Y REASEGUROS, S.A. emitido em 07/02/2007 no valor de 24.794,50 €, o qual já se encontra cancelado. -----*

*----- Contudo, verifica-se que aquando do pagamento do auto de revisão de preços nº 1 e nº 2 foi retido o valor de 789,77, nunca se tendo procedido à sua restituição. -----*

*----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que deverá ser restituída*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*a verba de 789,77 € retida aquando do pagamento do auto de revisão de preços nº 1 e nº 2, já que a empreitada se encontra rececionada definitivamente.* -----

*----- À consideração superior." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### **3.1.2 – Receção definitiva e libertação de caução**

**- Empreitada: Rede de Saneamento e Rede de Abastecimento de Água em Casal da Lapa**

**- Adjudicatário: Calado & Duarte, Ldª**

*----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----*

*----- “ Em 03/09/2010 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe para efeitos de receção definitiva. -----*

*----- O citado auto de vistoria foi homologado e aprovado em reunião de Câmara de 14/10/2010.*

*----- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a garantia bancária nº 320-02-0641907 emitida pelo Banco Comercial Português, S.A., no valor de 40.911,56 €, tendo a mesma servido também para reforço de garantia uma vez que o seu valor era igual a 10% do montante global da adjudicação, a qual já se encontra cancelada. -----*

*----- Contudo, verifica-se que aquando do pagamento do auto de trabalhos nº 11 foi indevidamente retido o valor de 920,40 €, nunca se tendo procedido à sua restituição. -----*

*----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que deverá ser restituída a verba de 920,49 € retida aquando do pagamento do auto de trabalhos nº 11, já que a empreitada se encontra rececionada definitivamente. -----*

*----- À consideração superior." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### **3.1.3 – Pedido de Parecer Prévio Vinculativo**

**- Prestação de Serviços de Reparação de Bulldozer Caterpillar**

*----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----*

*----- “ Atendendo ao disposto na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2014, mais concretamente ao disposto no número 4, do artigo 73.º, torna-se necessário um parecer prévio da competência do órgão executivo para a celebração ou renovação de contratos*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto. -----

----- O parecer prévio vinculativo é, nas Autarquias Locais, da competência do órgão executivo, nos termos do número 11, do artigo 73.º, da Lei do Orçamento de Estado 2014, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c), do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro. -----

----- No entanto, à presente data no que concerne às Autarquias Locais, não foi publicada a Portaria a que se refere o número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, como se demonstrou acima. -----

----- Considerando: -----

- 1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 4 do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014; -----
- 2) Que o n.º 11 do artigo 73º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações; -----
- 3) De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 73º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----
  - a) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
  - b) Existência de cabimento orçamental; -----
  - c) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 73º. (se aplicável). -----
- 4) O objeto do presente contrato consiste na reparação de uma máquina de rastos; -----
- 5) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----
- 6) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços; -----
- 7) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- 8) *Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto – Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto – Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho;* -----
- 9) *Que o valor base estimado é de 21.000,00 € (vinte e um mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 07.01.06.02;* -----
- 10) *Que será consultada a seguinte entidade:* -----  
a) *Tractorrastos - Sociedade Vendedora de Acessórios, Lda, com sede na Rua da Maia, nº3, Padrão, 2410-199 LEIRIA;* -----
- 11) *Que o valor base da prestação de serviços é de 21.000,00 € (vinte e um mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;*-----
- 12) *A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.*-----

----- **NESTE TERMOS PROPONHO:** -----

- a) *Que a Câmara delibere emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de “Prestação de Serviços de Reparação de Bulldozer Caterpillar D6R”, nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;*-----
- b) *Que a presente proposta seja aprovada em minuta;*-----

----- À consideração superior”. -----

----- A Câmara, por unanimidade e tendo por base os fundamentos aduzidos na informação prestada pelos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, deliberou emitir parecer prévio vinculativo favorável, nos termos do disposto no art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014, relativamente à aquisição de serviços de “Prestação de Serviços de Reparação de Bulldozer Caterpillar D6R”. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade. A referida ata foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
